

a esperar que os velhos árbitros do destino literário os aprovassem; entretanto, quando lembramos como a posição clássica era adversa às exigências do realismo formal, torna-se evidente que suas tendências muito distintas constituíam provavelmente uma condição essencial de suas inovações literárias. É de fato a conclusão de mrs. Chapone no tocante a Richardson: "Somente do ignorante podemos agora receber algo de original; cada mestre copia aqueles investidos de autoridade consagrada e não olha para o objeto natural".<sup>75</sup> Defoe e Richardson por certo eram mais livres para apresentar o "objeto natural" como bem quisessem do que os escritores franceses, por exemplo, pois na França a cultura literária ainda se orientava basicamente para a corte; e essa é a provável razão pela qual foi na Inglaterra que o romance conseguiu romper mais cedo e de modo mais completo com os temas e o estilo da ficção anterior.

Em última análise, porém, a substituição dos mecenas pelos livreiros e a consequente independência de Defoe e Richardson em relação ao passado literário são meros reflexos de uma característica mais ampla e ainda mais importante da época — a grande força e a autoconfiança da classe média como um todo. Em função de seus múltiplos contatos com tipografia, venda de livros e jornalismo Defoe e Richardson estavam bem a par dos novos interesses e aptidões do público leitor; porém ainda mais importante é o fato de representarem inteiramente o novo centro de gravidade desse público. Como profissionais londrinos da classe média, tinham apenas de consultar seus próprios padrões de forma e conteúdo para assegurar-se de que aquilo que escreviam atrairia um público extenso. Provavelmente é esse o efeito mais importante da mudança na composição do público leitor e do predomínio dos livreiros sobre o surgimento do romance; não tanto porque Defoe e Richardson satisfizessem as novas necessidades de seus leitores, mas porque podiam expressar essas necessidades com muito maior liberdade.

### 3. *ROBINSON CRUSOÉ*, O INDIVIDUALISMO E O ROMANCE

**PARCE QUE O INTERESSE DO ROMANCISTA** pela vida cotidiana de pessoas comuns depende de duas importantes condições gerais: a sociedade deve valorizar muito cada indivíduo para considerá-lo digno da sua literatura séria; e deve haver entre as pessoas comuns suficiente variedade de convicções e ações para que seu relato minucioso interesse a outras pessoas comuns, aos leitores de romances. Provavelmente essas condições só vieram a prevalecer em época mais ou menos recente, pois resultam do surgimento de uma sociedade caracterizada por aquele vasto complexo de fatores independentes que se denomina "individualismo".

O próprio termo é recente, tendo surgido em meados do século XIX. Sem dúvida em todas as épocas e em todas as sociedades houve "individualistas" no sentido de egocêntricos, singulares ou independentes com relação às opiniões e aos hábitos vigentes; entretanto o conceito de individualismo envolve muito mais que isso. Pressupõe toda uma sociedade regida basicamente pela ideia da independência intrínseca de cada indivíduo em relação a outros indivíduos e à fidelidade aos modelos de pensamento e conduta do passado designados pelo termo "tradição" — uma força que é sempre social, não individual. A existência de tal sociedade depende evidentemente de um tipo especial de organização política e econômica e de uma ideologia adequada; de modo mais específico, depende de uma organização econômica e política que proporcione a seus membros um amplo leque de escolhas e de uma ideologia baseada não na tradição do passado, mas na autonomia do indivíduo, sem levar em conta status social ou capacidade pessoal. Em geral se concorda que a sociedade moderna é individualista nesses aspectos e que das muitas causas

históricas de seu surgimento duas têm fundamental importância: o advento do moderno capitalismo industrial e a difusão do protestantismo, sobretudo em suas formas calvinista ou puritana.

## I

O capitalismo suscitou um grande aumento da especialização econômica; e isso, conjugado com uma estrutura social menos rígida e homogênea e com um sistema político menos absolutista e mais democrático, aumentou enormemente a liberdade de escolha individual. Para os que se integraram à nova ordem econômica a entidade efetiva em que passaram a basear os arranjos sociais já não era a família, a igreja, a guilda, o município ou qualquer outra unidade coletiva, mas o indivíduo: ele era responsável pela determinação de seus papéis econômico, social, político e religioso.

É muito difícil situar o momento em que essa mudança de orientação passou a afetar a sociedade como um todo — provavelmente não foi antes do século XIX. Mas com certeza o movimento começou muito antes. No século XVI a Reforma e o surgimento dos Estados nacionais desafiaram de forma decisiva a homogeneidade social da cristandade medieval e, nas famosas palavras de Maitland, “pela primeira vez o Estado absoluto deparou-se com o indivíduo absoluto”. Entretanto, fora da esfera política e religiosa a mudança foi lenta, e é provável que só com o maior desenvolvimento do capitalismo industrial, sobretudo na Inglaterra e nos Países Baixos, criou-se uma estrutura socioeconômica basicamente individualista que passou a afetar uma parte considerável (embora de maneira nenhuma a maioria) da população.

Pelo menos é do consenso geral que as bases da nova ordem surgiram no período imediatamente posterior à Revolução Gloriosa de 1689. As classes comerciais e industriais, que desempenharam papel fundamental na criação da ordem social individualista, haviam conquistado maior poder político e eco-

nômico, e tal poder já começava a se refletir no campo da literatura. Vimos que as classes médias urbanas se tornavam muito mais importantes na composição do público leitor; e ao mesmo tempo a literatura começava a considerar favoravelmente o comércio e a indústria. Esse foi um processo novo. Escritores mais antigos, como Spenser, Shakespeare, Donne, Ben Jonson e Dryden, por exemplo, tendiam a apoiar a ordem socioeconômica tradicional e combateram muitos sintomas do individualismo emergente. Mas no começo do século XVIII Addison, Steele e Defoe ostensivamente colocavam o selo da aprovação literária nos heróis do individualismo econômico.

A nova tendência também se evidenciava no campo da filosofia. Os grandes empiristas ingleses do século XVII eram tão individualistas em seu pensamento político e ético quanto em sua epistemologia. Bacon esperava dar um novo impulso à teoria social aplicando seu método indutivo a um acúmulo de dados factuais referentes a um grande número de indivíduos particulares.<sup>1</sup> Percebendo também que o assunto ainda não fora abordado de forma adequada, Hobbes baseou sua teoria ética e política na constituição psicológica essencialmente egocêntrica do indivíduo;<sup>2</sup> em seus *Two treatises of government* [Dois tratados de governo] (1690), Locke construiu o sistema de pensamento político fundamentado na irrevogabilidade dos direitos individuais e em oposição aos direitos mais tradicionais da Igreja, da família ou do rei. O fato de esses pensadores terem sido a vanguarda política e psicológica do individualismo nascente, bem como os pioneiros de sua teoria do conhecimento, mostra como suas reorientações se articulavam neles mesmos e em relação às inovações do romance. Pois, assim como há uma coerência básica entre a natureza não realista das formas literárias dos gregos, sua posição moral altamente social ou cívica e sua preferência filosófica pelo universal, assim também o romance moderno está intimamente associado, por um lado, à epistemologia realista da era moderna e, por outro, ao individualismo de sua estrutura social. Nas esferas literária, filosófica e social o enfoque clássico no ideal, no universal e no coletivo deslocou-se por

completo e ocupam o moderno campo de visão sobretudo o particular isolado, o sentido apreendido diretamente e o indivíduo autônomo.

Defoe, cuja posição filosófica tem muito em comum com a dos empiristas ingleses do século XVII, expressou os diversos elementos do individualismo de modo mais completo que qualquer outro escritor antes dele, e sua obra apresenta uma demonstração única da relação entre o individualismo em suas muitas formas e o surgimento do romance. Essa relação se evidencia com particular clareza em seu primeiro romance, *Robinson Crusoe*.

## II

### (A)

Muitos economistas adequadamente usaram *Robinson Crusoe* para ilustrar seu *homo economicus*. Assim como “o corpo político” simbolizava o pensamento comum típico das sociedades anteriores, assim também o “homem econômico” simbolizava a nova posição do individualismo em seu aspecto econômico. Atribui-se sua invenção a Adam Smith; na verdade o conceito é muito mais antigo, porém só se destacou como uma expressão do individualismo do sistema econômico como um todo quando tal individualismo atingiu um estágio avançado de desenvolvimento.

Nem é preciso mostrar que Robinson Crusoe, como outras personagens principais de Defoe — Moll Flanders, Roxana, o coronel Jacque e o capitão Singleton —, personifica o individualismo econômico. Todos os heróis de Defoe procuram o dinheiro, que ele chama de “o denominador comum do mundo”,<sup>3</sup> e procuram-no de modo muito metódico, segundo a contabilidade de lucros e perdas que Max Weber considera a característica técnica distintiva do capitalismo moderno.<sup>4</sup> Observamos que os heróis de Defoe não precisam aprender essa técnica; sejam quais

forem as circunstâncias de seu nascimento e educação, eles a têm no sangue e nos fornecem muito mais informações sobre seus bens do que qualquer outra personagem de ficção. Em *Crusoe* a contabilidade supera outros pensamentos e emoções; quando seu administrador lisboeta lhe oferece 160 moedas de ouro para aliviar-lhe as dificuldades, ele relata: “Mal pude conter as lágrimas ao ouvi-lo; em suma, aceitei cem moedas de ouro e pedi pena e tinta para dar-lhe um recibo”.<sup>5</sup>

A contabilidade é apenas um aspecto de um tema central na moderna ordem social. Nossa civilização como um todo baseia-se em relações individuais contratuais, em oposição às relações não escritas, tradicionais e coletivas das sociedades anteriores; e a ideia do contrato desempenhou um papel importante na evolução teórica do individualismo político. Destacou-se na luta contra os Stuart e foi endeuçada no sistema político de Locke. Na verdade Locke achava que as relações contratuais eram obrigatórias até no estado natural;<sup>6</sup> *Crusoe* age como um bom lockiano — quando outras pessoas chegam à ilha, ele as obriga a aceitarem sua dominação mediante contratos escritos que reconhecem seu poder absoluto (embora saibamos, por informação anterior, que a tinta acabara).<sup>7</sup>

Entretanto a primazia do motivo econômico e uma reverência inata à contabilidade e à lei do contrato não são os únicos aspectos em que Robinson Crusoe simboliza os processos relacionados com o advento do individualismo econômico. A hipóstase do motivo econômico logicamente acarreta uma depreciação de outros estilos de pensamento, sentimento e ação: as formas tradicionais de relacionamento de grupo — a família, a guilda, a aldeia, o sentido da nacionalidade — enfraquecem, bem como as reivindicações de realização e prazer individuais não econômicos, que variam da salvação espiritual às alegrias da recreação.<sup>8</sup>

Essa ampla reorganização dos componentes da sociedade humana tende a ocorrer sempre que o capitalismo industrial se torna a força predominante da estrutura econômica,<sup>9</sup> o que logo se evidenciou na Inglaterra. Na verdade já se tornara lugar-co-

num em meados do século XVIII. Goldsmith, por exemplo, em *The traveller* [O viajante] (1764), assim descreveu as circunstâncias da decantada liberdade da Inglaterra:

*That independence Britons prize too high,  
Keeps man from man, and breaks the social tie;  
The self-dependent lordlings stand alone,  
All claims that bind and sweeten life unknown;  
Here by the bonds of nature feebly held,  
Minds combat minds, repelling and repell'd [...]  
Nor this the worst. As nature's ties decay,  
As duty, love, and honour fail to sway,  
Fictitious bonds, the bonds of wealth and law,  
Still gather strength, and force unwilling awe.\*<sup>10</sup>*

Ao contrário de Goldsmith, Defoe não era inimigo declarado da nova ordem, longe disso; não obstante há em *Robinson Crusoe* muita coisa que corrobora a visão de Goldsmith, conforme se pode ver no tratamento dado a relações de grupos como a família ou a nação.

A maioria dos protagonistas de Defoe ou não tem família — Moll Flanders, o coronel Jacque e o capitão Singleton — ou a abandonou em tenra idade para nunca mais voltar — é o caso de Roxana e Robinson Crusoe. Não se pode dar grande importância a esse fato, pois os relatos de aventuras exigem a ausência de laços sociais convencionais. Contudo, pelo menos em *Robinson Crusoe*, o herói tem um lar e uma família e os deixa pela clássica razão do *homo economicus* — é necessário para melhorar sua

\* Aquela independência que os ingleses tanto prezam/ Afasta um homem do outro e rompe o elo social;/ Os fidalgotes autossuficientes permanecem sós,/ Tudo que une e ameniza a vida [é] desconhecido;/ Aqui pelos laços naturais frouxamente atados,/ As mentes combatem as mentes, repelindo e repelidas [...]/ E não é o pior. Enquanto se rompem os elos naturais,/ Enquanto dever, amor e honra deixam de imperar,/ Laços fictícios, os laços de riqueza e de lei,/ Ainda reúnem forças e suscitam involuntário espanto.

condição financeira. “Algo fatal naquela propensão da natureza” chama-o ao mar e à aventura e o impede de “dedicar-se aos negócios” na posição em que ele nasceu — “a posição superior da vida humilde”; e isso apesar do panegírico que seu pai faz de tal condição. Depois ele considera que é seu “pecado original” essa falta de “desejos limitados”, essa insatisfação com “o estado em que Deus e a natureza o colocaram”.<sup>11</sup> Na época, porém, a discussão entre ele e os pais gira em torno não do dever filial ou da religião, e sim do que poderia resultar em maiores vantagens materiais: partir ou ficar. Os dois lados aceitam como básico o argumento econômico. E naturalmente Crusoe lucra com seu “pecado original” e enriquece mais que o pai.

Na verdade esse “pecado original” é a própria tendência dinâmica do capitalismo, que tem por objetivo não apenas manter o status quo, mas transformá-lo sem cessar. Partir, melhorar de situação constitui uma característica fundamental do estilo de vida individualista. Pode ser considerada como a concretização econômica e social da “inquietação” que Locke colocou no centro de seu sistema de motivação<sup>12</sup> e cuja existência, segundo a posição oposta de Pascal, constituía a permanente desgraça dos mortais. “Toda a infelicidade dos homens deriva de um simples fato, de que eles não conseguem ficar quietos em seu canto”, escreveu Pascal.<sup>13</sup> O herói de Defoe está longe de concordar com isso, pois, mesmo depois de velho, nos diz: “nada mais havendo, descobri que viajar e negociar com lucro tão grande e, posso dizer, certo proporcionava maior prazer e satisfação ao espírito que ficar parado — isso, sobretudo para mim, era a pior coisa da vida”.<sup>14</sup> Assim, em *Farther adventures* [Novas aventuras] Crusoe parte para mais uma lucrativa odisseia.

A tendência fundamental do individualismo econômico impede-o, portanto, de ter muita consideração pelos laços de família, como filho ou como marido. Isso contradiz a ênfase que Defoe coloca na importância social e religiosa da família em obras didáticas como *Family instructor*; mas seus romances refletem a prática, não a teoria, e atribuem a esses laços um papel secundário e restritivo.

Quem examina racionalmente os próprios interesses econômicos pode se sentir bem pouco ligado à pátria e à família. Defoe com certeza avaliava indivíduos e países a partir de seus méritos econômicos. Assim, um de seus pronunciamentos mais patrióticos refere-se à capacidade de trabalho de seus concidadãos, que, segundo ele, produzem por hora mais que os trabalhadores de qualquer outro país.<sup>15</sup> Crusóé — ao qual Walter de la Mare chamou, com acerto, de a “afinidade eletiva de Defoe”<sup>16</sup> — revela sua xenofobia sobretudo quando não encontra virtudes econômicas. Se as encontra — como no governador espanhol, no padre francês, no fiel administrador português — não poupa os elogios. Por outro lado, condena muitos ingleses, como seus colonos na ilha, pela falta de esforço. Não são os laços sentimentais que o unem à pátria ou à família; ele gosta de pessoas com as quais pode fazer bons negócios, não importa sua nacionalidade; e, como Moll Flanders, acredita que “com dinheiro no bolso se está bem em qualquer parte”.<sup>17</sup>

O que à primeira vista poderia classificar *Robinson Crusóé* na categoria especial de “viagem e aventura” na verdade não é válido. A ênfase na viagem tende a colocar o livro numa posição um tanto periférica em relação ao desenvolvimento do gênero romance, pois remove o herói de seu ambiente habitual, condizente com relacionamentos sociais estáveis e coesos. Porém Crusóé não é um simples aventureiro, e suas viagens, como sua independência em relação aos laços sociais, não passam de casos um tanto extremos de tendências normais na sociedade moderna como um todo, pois, ao transformar a procura do lucro num motivo básico, o individualismo econômico aumentou em muito a mobilidade individual. Como demonstraram estudos modernos,<sup>18</sup> a trajetória de Robinson Crusóé baseia-se mais especificamente em alguns dos incontáveis volumes sobre as explorações daqueles viajantes que, no século XVI, contribuíram muito para o desenvolvimento do capitalismo proporcionando o ouro, os escravos e os produtos tropicais de que dependia a expansão do comércio e continuaram o processo no século XVII desenvolvendo as colônias e os

mercados internacionais dos quais dependia o futuro progresso do capitalismo.

Portanto o enredo de Defoe exprime algumas das tendências mais importantes da vida de sua época e isso é o que distingue seu herói da maioria dos viajantes da literatura. Robinson Crusóé não é, como Autólico, um comerciante que viaja mas tem raízes numa localidade conhecida, apesar de extensa; também não é, como Ulisses, um viajante forçado que tenta voltar para a família e a pátria: o lucro é toda a sua vocação e o mundo inteiro, seu território.

O primado da vantagem econômica individual tendia a diminuir a importância das relações pessoais e grupais, sobretudo as baseadas em sexo, pois, como Weber assinalou,<sup>19</sup> sendo um dos fatores não racionais mais poderosos da vida humana, o sexo é também uma das mais poderosas ameaças em potencial à busca racional de objetivos econômicos e portanto, conforme veremos, passou a ser fortemente controlado na ideologia do capitalismo industrial.

Com certeza o amor romântico não tem antagonista maior que Defoe entre os ficcionistas. O autor de *Robinson Crusóé* tende a minimizar até a satisfação sexual (quando a ela se refere); em *The Review*, por exemplo, declarou que “essa ninharia chamada prazer [...] não vale o arrependimento”.<sup>20</sup> Com relação ao casamento sua atitude é confusa, pois a virtude econômica e moral do homem não constitui garantia de um investimento matrimonial lucrativo: em sua colônia,

como no mundo em geral (em tal situação não sei quais seriam os sábios desígnios da Providência Divina), os dois sujeitos honestos tinham as duas piores esposas e os três réprobos, que mal valiam a pena de enforcar [...] tinham três esposas espertas, trabalhadeiras, atentas e engenhosas.<sup>21</sup>

Seu parêntese cheio de perplexidade testemunha com eloquência a seriedade com que ele encara essa falha na racionalidade da Providência.

Não surpreende, pois, que o amor tenha um papel pequeno na vida de Crusoé e que mesmo as tentações do sexo estejam ausentes da ilha, cenário de seus maiores triunfos. Quando sente a solidão, ele reza por uma companhia, mas percebemos que deseja um escravo.<sup>22</sup> Depois, com Sexta-Feira, vive um idílio sem a presença da mulher — revolucionária ruptura com as expectativas tradicionais suscitadas pelas ilhas desertas desde a *Odisseia* até o *New Yorker*.

Quando Crusoé retorna à civilização, o sexo continua subordinado aos negócios. Ele só se casa depois que uma nova viagem lhe assegura a situação financeira e sobre essa suprema aventura humana limita-se a dizer que não lhe acarretou “nem desvantagem nem insatisfação”. O casamento, o nascimento de três filhos e a morte da esposa compreendem apenas a primeira parte de um trecho que termina com planos para mais uma viagem.<sup>23</sup>

As mulheres só podem desempenhar um papel importante: o econômico. Quando os colonos de Crusoé sorteiam cinco mulheres, o narrador nos informa:

Aquele a quem coube escolher primeiro [...] tomou a que era considerada a mais insípida e velha das cinco, o que provocou o riso dos restantes [...] porém o sujeito considerou melhor que os outros que deviam esperar assistência no tocante a dedicação e negócios como em tudo mais; e ela se revelou a melhor esposa do lote inteiro.<sup>24</sup>

“A melhor esposa do lote inteiro.” A linguagem comercial nos lembra que, baseado no tratamento que Defoe reserva às mulheres, Dickens concluiu que ele devia ter sido “um tipo bem insípido e desagradável”.<sup>25</sup>

Outros relacionamentos pessoais de Crusoé revelam a mesma depreciação de fatores não econômicos. Ele os trata em termos de mercadoria. O caso mais óbvio é o de Xury, o menino mouro que o ajudou a escapar da escravidão e em outra ocasião propôs provar sua dedicação sacrificando a própria vida. Crusoé corretamente decide “amá-lo para sempre” e pro-

mete “transformá-lo num grande homem”. Mas quando o acaso os leva ao capitão português que lhe oferece sessenta moedas — o dobro da recompensa de Judas —, ele não resiste e vende Xury como escravo. Seus escrúpulos são prontamente silenciados pela promessa do novo proprietário de “libertá-lo dentro de dez anos, se ele se tornar cristão”. Depois o remorso o domina, porém só quando os trabalhos da ilha tornam a mão de obra mais importante que o dinheiro.<sup>26</sup>

Igualmente egocêntricas são suas relações com Sexta-Feira. Crusoé não pergunta seu nome, mas lhe dá um. Até na linguagem — o meio pelo qual os seres humanos podem se relacionar entre si num nível um pouco superior ao dos animais, como Crusoé escreveu em suas *Serious reflections* [Reflexões sérias]<sup>27</sup> — ele revela seu espírito pragmático. “Também o ensinei a dizer sim e não”,<sup>28</sup> conta-nos; mas até o fim de sua longa convivência Sexta-Feira ainda fala um inglês precário, como apontou Charles Gildon,<sup>29</sup> crítico contemporâneo de Defoe.

Não obstante Crusoé considera o relacionamento ideal. Ele é completamente feliz, na medida em que “a felicidade completa pode existir na vida terrena”.<sup>30</sup> Um silêncio funcional, quebrado apenas por um eventual “Não, Sexta-Feira”, ou um abjeto “Sim, amo”, é a música de sua *île joyeuse*. Parece que a natureza social do homem, sua necessidade de amizade e compreensão, satisfaz-se inteiramente com a dádiva justa ou a grata aceitação de uma condescendência benévola, mas que não deixa de ser exigente. É verdade que depois, como no caso de Xury, Crusoé promete a si mesmo “fazer alguma coisa importante” por seu servo, “se ele sobreviver a mim”. Por sorte não precisa fazer nenhum sacrifício, pois Sexta-Feira morre no mar, recebendo apenas uma breve palavra de compaixão.<sup>31</sup>

Laços emocionais e relações pessoais em geral desempenham, portanto, um papel bem pequeno em *Robinson Crusoé*, a não ser quando envolvem questões econômicas. Por exemplo, depois que o herói parte só há certa emoção quando seu fiel administrador de Lisboa revela que ele agora é um homem muito rico: “Empalideci e senti-me mal; e não tivesse o bom

homem corrido a dar-me um cordial, creio que a repentina surpresa teria derrotado a natureza e eu teria morrido no mesmo instante”.<sup>32</sup> Só o dinheiro — a fortuna no sentido moderno — pode despertar um sentimento profundo; e a amizade só é concedida àqueles aos quais Crusoé pode confiar com segurança seus interesses econômicos.

Vimos que para Robinson Crusoé ficar parado era “a pior coisa da vida”; o lazer era quase tão ruim. Nesse aspecto ele se assemelha a seu autor, que parece ter feito poucas concessões às distrações. Defoe tinha raros amigos escritores e é, talvez, um exemplo único de um grande autor bem pouco interessado em literatura, sobre a qual nada diz de importante.<sup>33</sup>

Tanto Crusoé como Defoe são indiferentes à experiência estética. Podemos aplicar-lhes o que Marx disse sobre o capitalista típico: “O prazer é subordinado ao capital, e o indivíduo que tem prazer ao que capitaliza”.<sup>34</sup> Algumas versões francesas de *Robinson Crusoé* fazem o protagonista dirigir hinos de louvor à natureza, começando por “Oh, Natureza!”.<sup>35</sup> Defoe não fez isso. A paisagem da ilha convida não à adoração, mas à exploração; Crusoé se preocupa tanto com as maneiras de cultivar suas terras que não dispõe de tempo para perceber que elas também compõem uma paisagem.

Naturalmente Crusoé tem seus prazeres. Se não dança com as cabras, como Selkirk,<sup>36</sup> pelo menos brinca com elas e com o papagaio e com os gatos; mas o que lhe dá maior alegria é visitar seus bens: “Eu tinha tudo tão organizado, que para mim era um grande prazer ver todos os meus bens em tal ordem e principalmente verificar que meu estoque do essencial era tão grande”.<sup>37</sup>

(B)

Se o caráter de Robinson Crusoé é em grande parte fruto das orientações sociopsicológicas do individualismo econômi-

co, parece que o atrativo de suas aventuras se deve sobretudo aos efeitos de outro fator importante do capitalismo moderno: a especialização econômica.

A divisão do trabalho contribuiu em muito para a realização do romance: em parte porque, quanto mais especializada for a estrutura socioeconômica, mais numerosas serão as diferenças significativas de caráter, atitude e experiência da vida contemporânea que o romancista pode retratar e que interessam a seus leitores; em parte porque, aumentando o tempo ocioso, a especialização econômica proporciona o tipo de público de massa ao qual o romance está associado; e em parte porque tal especialização cria nesse público necessidades que o romance satisfaz. Pelo menos assim pensava T. H. Green:

Na progressiva divisão do trabalho, à medida que nos tornamos mais úteis como cidadãos, parece que perdemos nossa integralidade como homens [...] a organização perfeita da sociedade moderna elimina o empolgação da aventura e a oportunidade de um esforço independente. Em nossa profissão há menos interesse humano a nos tocar.

Pode-se “mitigar” tal situação, conclui Green, com a ajuda do “jornal e do romance”.<sup>38</sup>

É bem provável que a falta de variedade e estímulo no trabalho cotidiano, resultante da especialização econômica, seja responsável pela dependência do indivíduo de nossa cultura em relação a experiências sucedâneas propiciadas pela palavra impressa, em especial pelo jornalismo e pelo romance. Entretanto *Robinson Crusoé* constitui uma ilustração muito mais direta da tese de Green, já que boa parte de seu atrativo se deve à natureza das “oportunidades de um esforço independente” no campo econômico oferecidas ao herói — e do qual o leitor pode participar vicariamente. O atrativo de tal esforço é por certo uma medida da profundidade das privações acarretadas pela especialização econômica, cuja amplitude é sugerida pela forma como nossa civilização reintroduziu alguns processos econô-

micos básicos à guisa de recreações terapêuticas: ao cuidar das plantas, tecer, elaborar peças de cerâmica, acampar, trabalhar com madeira e cuidar dos animais, todos podemos experimentar as mesmas satisfações que as circunstâncias proporcionaram ao herói de Defoe; e, como ele, podemos demonstrar o que de outro modo não saberíamos: que “fazendo o julgamento mais racional das coisas, todo homem pode no futuro dominar todas as artes mecânicas”.<sup>39</sup>

Defoe certamente sabia que a crescente especialização econômica, característica de sua época, contribuía muito para as “artes mecânicas” estranhas à experiência de seus leitores. Por exemplo, quando faz pão, Crusoé reflete: “É maravilhoso, e creio que pouca gente pensou muito nisso, a saber, a curiosa quantidade de pequenas coisas necessárias para [...] fazer [...] este simples pedaço de pão”.<sup>40</sup> A descrição de Defoe prossegue por sete páginas, que teriam sido bem pouco interessantes na Idade Média ou na época dos Tudor, pois então esses processos econômicos se realizavam diariamente na casa de todos. Porém no início do século XVIII, como Kalm apontou, a maioria das mulheres não “fazia pão, pois havia um padeiro em cada paróquia ou aldeia”,<sup>41</sup> e Defoe podia esperar que seus leitores se interessassem pelas minuciosas descrições da vida econômica que constituem uma parte tão importante e memorável de sua narrativa.

Evidentemente *Robinson Crusoé* não se refere à vida econômica concreta da Inglaterra de Defoe. Seria até um tanto contrário aos fatos da vida econômica regida pela divisão do trabalho mostrar o trabalho braçal do indivíduo médio como algo digno de interesse ou estimulante. Segundo o famoso exemplo da divisão do trabalho em *The wealth of nations* [A riqueza das nações],<sup>42</sup> de Adam Smith, o homem que realiza uma das muitas etapas da fabricação de um alfinete provavelmente não acha sua tarefa tão absorvente e interessante como Crusoé. Assim, Defoe atrasa o relógio econômico e leva seu herói para um ambiente primitivo, onde pode apresentar o trabalho como algo diversificado e estimulante e mostrar que

a grande diferença com relação ao operário que fabrica alfinetes está na equivalência absoluta entre esforço individual e recompensa individual. Essa foi a mudança final das condições econômicas da época necessária para que Defoe desse expressão narrativa à contrapartida ideológica da Divisão do Trabalho: a Dignidade do Trabalho.

O credo da dignidade do trabalho não é inteiramente moderno: na era clássica os cínicos e estoicos combateram a depreciação do trabalho braçal, que é uma parte necessária da escala de valores de uma sociedade escravocrata, e depois o cristianismo, que nas origens contava sobretudo com os escravos e os pobres, contribuiu muito para abrandar a aversão ao trabalho braçal. No entanto a ideia só se desenvolveu plenamente na era moderna, talvez porque seu conteúdo gratificante se tornasse mais necessário à medida que o desenvolvimento da especialização econômica tornava o trabalho braçal mais embrutecedor; e o credo em si tem íntima relação com o advento do protestantismo. O calvinismo em particular tendia a fazer seus adeptos esquecerem a ideia de que o trabalho era o castigo divino para a desobediência de Adão enfatizando a ideia muito diferente de que a infatigável administração dos dons materiais de Deus constituía uma obrigação ética e religiosa de suprema importância.<sup>43</sup>

A qualidade da administração de Crusoé é inquestionável; ele se permite poucos momentos de descanso, e mesmo a chegada de mais mão de obra — Sexta-Feira — significa maior produção e não menos trabalho. Defoe claramente pertence à tradição do protestantismo ascético. Boa parte do que ele escreveu lembra formulações de Weber, Troeltsch e Tawney; no aforismo de Dickory Cronke, por exemplo: “Quando estiveres sonolento de manhã, anima-te e pensa que nasceste para o trabalho e que fazendo o bem em tua geração correspondeste a tua índole e ages como um homem”.<sup>44</sup> Com um sofisma obtuso ele chega a dizer que a busca da utilidade econômica constituía uma imitação de Cristo: “Sendo a utilidade o grande prazer e justamente considerada por todos os homens de bem como a

mais verdadeira e nobre finalidade da vida, na qual os homens se aproximam mais da natureza de nosso Salvador, que saiu pelo mundo fazendo o bem".<sup>45</sup>

Aqui a atitude de Defoe mostra uma confusão de valores religiosos e materiais a que era muito suscetível o evangelho puritano da dignidade do trabalho: uma vez que os valores espirituais mais elevados haviam sido vinculados ao trabalho de cada dia, o passo seguinte do indivíduo autônomo era considerar suas realizações como um meio quase divino de dominar o ambiente. É provável que essa secularização da concepção calvinista de administração tivesse tido considerável importância para o surgimento do romance. Certamente *Robinson Crusoe* é o primeiro romance no sentido de que é a primeira narrativa de ficção na qual as atividades cotidianas de uma pessoa comum constituem o centro da atenção. É verdade que tais atividades não são enfocadas sob uma luz totalmente secular; mas os romancistas posteriores puderam, como Defoe, abordar os afazeres mundanos do homem sem colocá-los num contexto religioso. Assim, é provável que a concepção puritana da dignidade do trabalho tivesse contribuído para a premissa geral do romance segundo a qual a vida cotidiana do indivíduo possui importância e interesse suficientes para tornar-se tema digno de literatura.

### III

O individualismo econômico explica grande parte do caráter de *Crusoe*; a especialização econômica e sua ideologia ajudam a esclarecer o fascínio de suas aventuras; mas o que domina seu ser espiritual é o individualismo puritano.

Troeltsch afirmou que "a realização verdadeiramente duradora do individualismo deve-se a um movimento religioso e não secular, à Reforma e não ao Renascimento".<sup>46</sup> Não é possível nem vale a pena tentar estabelecer prioridades nessas questões, mas é verdade que, se existe um elemento que todas

as formas do protestantismo têm em comum, trata-se da substituição do domínio da Igreja como mediadora entre o homem e Deus por outra concepção da religião na qual cabe ao indivíduo a responsabilidade básica por sua orientação espiritual. Dois aspectos dessa nova posição protestante — a tendência a aumentar a consciência do *self* como entidade espiritual e a tendência a uma espécie de democratização do ponto de vista moral e social — são particularmente importantes tanto para *Robinson Crusoe* quanto para o desenvolvimento dos pressupostos em que se baseia o realismo formal do romance.

A concepção do autoexame religioso como dever importante de todos os indivíduos evidentemente é muito mais antiga que o protestantismo; deriva da ênfase individualista e subjetiva do cristianismo primitivo e encontra sua primeira expressão nas *Confissões* de santo Agostinho. Mas segundo o consenso geral foi Calvino que, no século XVI, restabeleceu e sistematizou essa forma de introspecção espiritual e transformou-a no mais importante ritual religioso, tanto para o leigo como para o sacerdote: todo bom puritano constantemente examinava seu íntimo tentando identificar sua posição no plano divino de salvação e danação.

Essa "interiorização da consciência" manifesta-se no calvinismo. Na Nova Inglaterra "praticamente todo puritano letrado tem algum tipo de diário";<sup>47</sup> e na Inglaterra *Grace abounding* [Graça abundante] é o grande monumento de um estilo de vida que Bunyan partilhava com os outros membros de sua seita,<sup>48</sup> os batistas, que, com pequenas modificações, eram calvinistas ortodoxos. Em gerações posteriores o hábito da introspecção se manteve mesmo quando a convicção religiosa arrefeceu e o resultado foram as três maiores confissões autobiográficas da era moderna: as de Pepys, Rousseau e Boswell, todos eles educados na disciplina calvinista; seu fascínio pela autoanálise e também seu egocentrismo extremo são traços de caráter que os identificam com o calvinismo tardio em geral<sup>49</sup> e com os heróis de Defoe.

(A)

É óbvia a importância que teve para a obra de Defoe e o surgimento do romance esse modelo espiritual subjetivo e individualista. *Robinson Crusoe* inaugura no romance aquela abordagem da experiência que compete com a autobiografia confessional e supera as outras formas literárias no tocante a aproximar o leitor do ser moral, interior, do protagonista e consegue isso utilizando como base formal a memória autobiográfica, que foi a expressão literária mais imediata e difundida da tendência introspectiva do puritanismo em geral.

Naturalmente Defoe nasceu e se criou puritano. Seu pai era um dissidente, talvez batista, mais provavelmente presbiteriano, de qualquer modo calvinista; e mandou-o para uma academia dissidente, pretendendo talvez encaminhá-lo ao sacerdócio. As convicções religiosas de Defoe mudaram muito e em seus escritos ele mostrou toda a gama de doutrinas — da crença absoluta na predestinação ao deísmo racional — que o puritanismo conheceu ao longo de sua evolução; mas não há dúvida de que Defoe foi um dissidente e que boa parte da posição revelada em seus romances é claramente puritana.

Nada sugere que Crusoe tivesse sido concebido como um dissidente. Por outro lado, o teor de suas reflexões religiosas muitas vezes é puritano — um teólogo achou-o muito semelhante ao do Catecismo Presbiteriano Resumido da Assembleia de Westminster de 1648.<sup>30</sup> Crusoe fornece frequentes indícios de idolatria da Bíblia: só na primeira parte do livro cita vinte versículos, além de fazer numerosas referências, e algumas vezes procura a orientação divina abrindo a Bíblia ao acaso. Porém o aspecto mais importante de sua vida espiritual é a tendência ao rigoroso autoexame moral e religioso. A cada um de seus atos segue-se uma reflexão sobre a maneira pela qual esses atos revelam as intenções da Providência. Se o milho cresce, certamente é um milagre “destinado a meu sustento”; se lhe sobrevém um acesso de febre, “um demorado exame das angústias da morte”<sup>31</sup> convence-o de que ele merece ser conde-

nado por não demonstrar suficiente gratidão pelos benefícios recebidos. O leitor moderno tende sem dúvida a dar pouca atenção a essas passagens; mas Crusoe e o autor deixaram seu ponto de vista bem claro ao atribuir ao campo espiritual tanta importância quanto ao prático, em espaço e em ênfase. Assim, os prováveis remanescentes da disciplina introspectiva calvinista contribuíram para a criação de um herói cujo cotidiano mental e moral é, pela primeira vez na história da ficção, plenamente partilhado com o leitor.

Evidentemente esse importante avanço literário não se deve apenas à tendência introspectiva do puritanismo. Como vimos, o evangelho do trabalho exerceu um efeito semelhante ao atribuir às tarefas econômicas do cotidiano do indivíduo a mesma importância de sua autoanálise espiritual diária; e complementou os efeitos paralelos das duas tendências outra tendência do puritanismo estreitamente relacionada.

Se Deus atribuiu ao indivíduo a responsabilidade básica pelo próprio destino espiritual, segue-se que ele tornou isso possível revelando suas intenções através dos fatos da vida cotidiana. Assim, o puritano tendia a ver em cada momento de sua experiência pessoal um rico potencial de significado moral e espiritual; e o herói de Defoe age segundo essa tradição quando tenta interpretar muitos fatos mundanos da narrativa como indicadores divinos que podem ajudá-lo a encontrar seu lugar no plano eterno de redenção e danação.

Nesse plano evidentemente todas as almas têm oportunidades iguais; assim, o indivíduo pode mostrar suas qualidades espirituais tanto na conduta normal como em circunstâncias mais raras e dramáticas. Essa era uma das razões pelas quais o puritanismo em geral tendia à democratização da escala moral e social, para o que concorriam diversos fatores. Havia, por exemplo, muitos motivos sociais, morais e políticos para os puritanos serem hostis à escala aristocrática de valores; tampouco podiam eles aprovar sua expressão literária nos heróis tradicionais da ficção anterior, conquistadores extrovertidos que obtiveram suas vitórias não no espírito nem no gabinete

de trabalho, mas no campo de batalha e na alcova. Não há dúvida de que o puritanismo deu às concepções sociais e literárias de seus adeptos uma orientação fundamental e em certo sentido democrática, que Milton descreveu no *Paraíso perdido* — “Saber/ que o que existe diante de nós na vida cotidiana/ é a sabedoria primordial”<sup>52</sup> — e que inspirou a Defoe um de seus escritos mais eloquentes, um ensaio no *Applebee’s Journal* (1722) sobre o funeral de Marlborough. A peroração do ensaio começa assim:

Qual é então a função da vida? O que pretendem os grandes homens, que passam pelo palco do mundo triunfantes como aqueles a que chamamos de heróis? É crescer na boca da fama e ocupar muitas páginas da História? Oh, não! Nada mais resta senão narrá-los para a leitura da posteridade, até transformá-los em fábula e invenção. É fornecer assunto para os poetas e viver em suas rimas imortais, como dizem? Em suma, tudo que lhes cabe é tornarem-se balada e canção, entoadas pelas anciãs para acalantar as crianças; ou, numa esquina, para reunir as multidões em benefício do ladrão e da meretriz. Ou será sua função acrescentar virtude e devoção a sua glória, que os levará à Eternidade e os tornará realmente imortais? O que é a glória sem a virtude? Um grande homem sem religião não passa de um grande animal sem alma.

Em seguida Defoe passa para algo mais próximo da avaliação do mérito estritamente ética que seria um dos legados do puritanismo ao código da classe média: “O que é a honra sem o mérito? E o que pode ser chamado de verdadeiro mérito senão o que faz de uma pessoa não só um homem bom, como um grande homem?”<sup>53</sup>

Deve-se admitir que nem Crusoé, nem qualquer outro herói de Defoe destaca-se por esses padrões de virtude, religião, mérito e bondade; e por certo o autor não pretendeu que se destacassem. Entretanto esses padrões representam de fato o

plano moral em que se situam os romances de Defoe e segundo o qual seus heróis devem ser julgados: a escala ética foi tão interiorizada e democratizada que, ao contrário do que ocorre na epopéia ou nos relatos anteriores, é relevante para a vida e a atuação de pessoas comuns. Nesse aspecto os heróis de Defoe são característicos do romance moderno: Robinson Crusoé, Moll Flanders e até o coronel Jacque nunca pensam em glória ou honra; situam-se no plano moral da vida cotidiana mais inteiramente que os protagonistas de narrativas anteriores, e nos pensamentos como nos atos revelam apenas bondade e maldade comuns, democráticas. Personagem mais heroica de Defoe, Robinson Crusoé nada tem de incomum na personalidade ou na maneira como encara suas estranhas experiências; como Coleridge mostrou, ele é essencialmente “o representante universal, a pessoa, a qual cada leitor pode substituir por si mesmo [...] tudo que faz, pensa, sofre ou deseja é o que cada homem pode imaginar-se fazendo, pensando, sentindo ou desejando”.<sup>54</sup>

A criação de Robinson Crusoé como o “representante universal” relaciona-se ainda de outro modo com a tendência igualitarista do puritanismo. Pois essa tendência não só levou o indivíduo a encarar cada problema do cotidiano como uma questão de profunda e constante preocupação espiritual, mas também estimulou uma posição literária adequada à descrição de tais problemas com a mais rigorosa fidelidade.

Em *Mimesis*, um brilhante panorama da representação realista na literatura desde Homero até Virginia Woolf, Erich Auerbach demonstrou a relação geral entre a visão cristã do homem e o retrato literário sério das pessoas e da vida reais. A teoria clássica dos gêneros reflete a orientação social e filosófica dos gregos e romanos: a tragédia expunha em linguagem adequadamente elevada as vicissitudes heroicas de gente melhor que nós, enquanto o domínio da realidade cotidiana pertencia à comédia, que, num estilo adequadamente “vulgar”, devia retratar gente “inferior a nós”. Mas a literatura cristã, refletindo uma posição filosófica e social muito diferente, não tinha lugar para essa *Stiltrennung*, ou segregação de estilos, segundo o status do

assunto. As narrativas do Evangelho tratavam os feitos de pessoas humildes com a máxima seriedade e, conforme a ocasião, até com sublimidade; essa tradição se manteve em muitas formas literárias medievais, das vidas de santos aos milagres, e encontrou sua maior expressão na *Divina comédia*, de Dante.<sup>55</sup>

As tendências classicistas do Renascimento e da Contrarreforma restabeleceram, porém, a antiga doutrina dos gêneros e na verdade elaboraram-na tanto que teriam surpreendido o próprio Aristóteles. O exemplo extremo dessa elaboração encontra-se na literatura francesa do século XVII, sobretudo na tragédia; não só se usava constantemente um *style noble* bem regulamentado, como ainda se baniram do palco os objetos e atitudes da vida cotidiana.

Nos países protestantes, contudo, a *Stiltrennung* nunca teve tamanha autoridade, especialmente na Inglaterra, onde o neoclassicismo se confrontava com o exemplo de Shakespeare e aquela mistura característica de elementos trágicos e cômicos que fazia parte de seu legado medieval. Sem embargo num aspecto importante até mesmo Shakespeare obedeceu à *Stiltrennung*: seu tratamento de personagens vulgares e rústicas assemelha-se muito ao dos protagonistas da tradição neoclássica desde Ben Jonson até Dryden e nada tem de igualitário. É muito significativo que as principais exceções a essa atitude depreciativa se encontrem nas obras dos escritores puritanos. Em Adão Milton criou o primeiro herói épico que é essencialmente um “representante universal”; considerando que todas as almas são iguais aos olhos de Deus, Bunyan dispensou aos humildes uma atenção muito maior e mais compassiva do que lhes concedia a literatura da época; e os romances de Defoe ilustram no grau máximo a relação entre o individualismo democrático do puritanismo e a representação objetiva do mundo real cotidiano e de todos que o habitam.

(B)

Mas entre Bunyan e Defoe existe uma grande diferença que nos permite entender por que o autor de *Robinson Crusóe*

é tido, em geral, como o primeiro romancista inglês. Na ficção anterior do movimento puritano — em obras como *Plain man's pathway to heaven* [O caminho do homem comum para o céu], de Arthur Dent, ou nas histórias de Bunyan e de seu *confrère* batista, Benjamin Keach — encontramos muitos elementos do romance: linguagem simples, descrições realistas de pessoas e locais, e uma apresentação séria dos problemas morais de indivíduos comuns. Contudo a importância das personagens e de suas ações depende muito de um esquema transcendental: dizer que as personagens são alegóricas equivale a afirmar que sua realidade terrena não constitui o principal assunto do autor, mas que este espera, através delas, mostrar-nos uma realidade maior, situada além do tempo e do espaço.

Nos romances de Defoe, por outro lado, as preocupações religiosas, embora estejam presentes, não são tão prioritárias: na verdade a herança do puritanismo é frágil demais para fornecer um modelo contínuo para a experiência do herói. Por exemplo, se examinarmos o efeito real da religião sobre o comportamento de Crusóe, constatamos que é curiosamente pequeno. Defoe muitas vezes sugere que um incidente é um ato de proteção ou castigo divinos, porém os fatos da narrativa raramente demonstram essa concepção. Tomemos um exemplo fundamental: se o pecado original de Crusóe era a desobediência aos pais — o herói abandona a família —, ele certamente não sofre punição nenhuma, pois obtém sucesso a partir disso e mais tarde empreende outras viagens sem o menor receio de estar desafiando a Providência. Na verdade sua atitude está muito próxima da “negligência” em relação aos “avisos, sinais e instruções da Providência” que em suas *Serious reflections* Crusóe chama de uma “espécie de ateísmo prático”.<sup>56</sup> Quando a Providência distribui bênçãos — como, por exemplo, quando ele encontra os grãos de milho e arroz — as coisas são diferentes: Crusóe só tem de aceitar. Mas o conjunto da trilogia sugere que não se pode negligenciar impunemente nenhuma das intervenções menos agradáveis da Providência.

Marx assinalou com azedume esse caráter um tanto gra-

tuito da vida religiosa de Crusoé. “Não levamos em conta suas preces, pois são para ele uma fonte de prazer e ele as vê realmente como recreação.”<sup>57</sup> Marx teria gostado de saber que, para Gildon, as “reflexões religiosas e úteis” foram “na verdade incluídas [...] para aumentar o volume do tratado de Defoe até transformá-lo num livro de cinco *shillings*”.<sup>58</sup> Ambos estavam certos ao atentar para a descontinuidade entre os aspectos religiosos e a ação do romance, mas suas explicações são um tanto injustas. As intenções espirituais de Defoe provavelmente eram sinceras, porém padeciam da fraqueza de toda “religião dominical” e manifestam-se em tributos — periódicos e algo inconvincentes — ao transcendente em momentos em que a ação real e o esforço intelectual permitem ou até impõem o repouso. Certamente é essa a religião de Crusoé, e sentimos que, em última análise, resulta de um conflito não resolvido e talvez até inconsciente travado no íntimo do autor. Defoe viveu na esfera da ação prática e utilitária e podia ser inteiramente fiel a si mesmo ao descrever esse aspecto da vida de Robinson Crusoé. Mas de quando em quando sua formação religiosa obrigava-o a assumir o papel do grande repórter e elaborar uma matéria brilhante para abastecer o estoque de comentários espirituais de que seu colega distante necessitava para alimentar a página dedicada à religião. O puritanismo tornou inalterável a política editorial, mas em geral se satisfazia com uma adesão meramente formal. Também nesse aspecto Defoe é típico da evolução do puritanismo; nas palavras de H. W. Schneider, “as crenças raramente se transformam em dúvidas; elas se tornam rituais”.<sup>59</sup> As questões sobrenaturais não fornecem os temas essenciais dos romances de Defoe, mas permeiam a narrativa com passagens ameaçadoras que demonstram uma prática um tanto mecânica da religião ao longo da vida.

A relativa fraqueza da religião nos romances de Defoe indica, portanto, não insinceridade, mas a profunda secularização de sua posição, uma secularização que constituía um traço marcante de sua época — a própria palavra, na acepção moderna, data das primeiras décadas do século XVIII. Defoe

nasceu numa época em que a comunidade puritana se arruinara com a Restauração e escreveu *Robinson Crusoé* no ano da controvérsia do Salters’ Hall, quando os dissidentes já haviam perdido a esperança de estabelecer algum tipo de acordo com a Igreja Anglicana e perceberam que até seus esforços de coesão dentro do grupo eram inúteis. Nas *Serious reflections of Robinson Crusoé* o herói medita sobre a decadência da religião cristã em todo o mundo; é uma força minoritária e dividida num mundo pagão e a intervenção final de Deus parece mais remota que nunca. Pelo menos é essa a conclusão de Robinson Crusoé nas palavras finais do livro:

Não se encontrará tal fervor pela religião cristã em nossos dias ou talvez em nenhuma época do mundo, até que o próprio Céu rufe os tambores e as legiões gloriosas do alto desçam para propagar o trabalho e submeter o mundo inteiro à obediência ao rei Jesus — um tempo que, dizem alguns, não está distante, mas sobre o qual nada ouvi em minhas viagens e revelações, não, nem uma palavra.<sup>60</sup>

“Não, nem uma palavra”: a queda mortal lança Crusoé no desespero. O que ele aprendeu a esperar e o que vivenciou não se ajustam. Até que o próprio céu rufe os tambores ele deve se conformar com uma jornada de peregrino por um mundo efetivamente secular, avançar por uma senda que a Providência Divina não ilumina mais.

Não muitas as causas da secularização nessa época, porém uma das mais importantes, em especial com relação ao puritanismo, foi o progresso socioeconômico. Na Nova Inglaterra, por exemplo, os colonizadores logo se esqueceram de que haviam fundado “uma colônia religiosa, não uma colônia mercantil”, e em sua *History of Plymouth Plantation* [História da Colônia da Plymouth] o governador Bradford mostra como um santo puritano acabou escrevendo “cada vez menos como um prega-

dor puritano e cada vez mais como o autor de *Robinson Crusóe*”.<sup>61</sup> Na Inglaterra, à época de Defoe, pelo menos as seitas dissidentes mais respeitáveis eram controladas por mercadores e financeiros abastados e um tanto oportunistas; e as possibilidades de ganhar mais dinheiro levaram muitos dissidentes prósperos não só ao conformismo como ao ingresso na Igreja Anglicana.<sup>62</sup> No começo da carreira Defoe denunciou esse fato veementemente, mas Robinson Crusóe também é um conformista ocasional que até se faz passar por católico quando seus interesses econômicos o exigem.

O conflito entre valores espirituais e materiais é bem antigo, porém evidenciou-se mais, talvez, no século XVIII que em qualquer outra época porque muita gente, ao que parece de boa-fé, achava que tal conflito na verdade não existia. O bispo Warburton, por exemplo, dizia que “promover a utilidade é, ao mesmo tempo, promover a verdade, sua companheira inseparável”.<sup>63</sup> A relutância em considerar a medida em que valores espirituais e materiais podem se opor é bem acentuada nos romances de Defoe, e até se pode argumentar que o problema crítico crucial que tais valores colocam é o de descobrir se na verdade não acabaram confundindo toda a questão. Mas, seja qual for nossa resposta, pelo menos é claro que a simples possibilidade de tal confusão só existe porque Defoe nos apresenta uma narrativa em que temas “elevados” e “baixos” são tratados com idêntica seriedade: o *continuum* moral de seus romances está mais próximo da completa conjugação de questões espirituais e materiais que as escolhas morais do cotidiano geralmente envolvem, do que o mesmo *continuum* em qualquer forma de ficção anterior.

Parece, pois, que a importância de Defoe na história do romance está diretamente ligada à maneira como sua estrutura narrativa incorporou a luta entre o puritanismo e a tendência à secularização arraigada no progresso material. Ao mesmo tempo também é evidente que o ponto de vista secular e econômico prepondera e explica por que em geral se considera Defoe — e não Bunyan — a primeira figura-chave no surgimento do romance.

De Vogüé, o adversário católico dos realistas franceses, considerou uma presunção ateísta o fato de o romance excluir o não natural,<sup>64</sup> e é certo que o recurso habitual do gênero — o realismo formal — tende a ignorar tudo que não seja avaliado pelos sentidos: o júri normalmente não aceita a intervenção divina como explicação para as ações humanas. Assim, é provável que uma certa dose de secularização constituísse uma condição indispensável para o surgimento do novo gênero. O romance só podia se concentrar nas relações humanas, pois a maioria dos escritores e leitores acreditava que os seres humanos individuais, e não as coletividades como a Igreja ou os atores transcendentais, como as Pessoas da Trindade, detinham o papel supremo no palco do mundo. O romance, escreveu Georg Lukács, é a epopeia de um mundo esquecido por Deus;<sup>65</sup> segundo o marquês de Sade, apresenta “*le tableau des mœurs séculaires*” [o quadro dos costumes seculares].<sup>66</sup>

Isso não quer dizer, obviamente, que o romancista ou sua obra não possam ser religiosos, mas apenas que, sejam quais forem os objetivos do autor, seus recursos estarão restritos a personagens e ações terrenas: o reino do espírito só deve ser apresentado através das experiências subjetivas das personagens. Assim, a verossimilhança ou a importância dos romances de Dostoiévski, por exemplo, não dependem de suas posições religiosas; a intervenção divina não é um constructo necessário para uma explicação adequada e completa das causas e significados de cada ato, como é em Bunyan. Aliocha e o padre Zósima são retratados com muita objetividade: na verdade o próprio brilho da apresentação de Dostoiévski mostra que ele não pode supor, mas deve provar, a realidade do espírito: e *Os irmãos Karamázovi* como um todo não precisa de nenhuma causa ou significado não natural para ser eficiente e completo.

Resumindo, podemos dizer que o romance requer uma visão de mundo centrada nas relações sociais entre indivíduos; isso envolve secularização porque até o final do século XVII o indivíduo não era concebido como um ser inteiramente autônomo, mas como um elemento num quadro cujo significado

depende de pessoas divinas e cujo modelo secular provém de instituições tradicionais como a Igreja e a monarquia.

Ao mesmo tempo não se deve subestimar a contribuição positiva do puritanismo, não só para a evolução do individualismo moderno mas também para o surgimento do romance e sua tradição posterior na Inglaterra. Através do puritanismo Defoe levou para o romance uma abordagem dos interesses psicológicos do indivíduo que constituiu um avanço enorme no tipo de raciocínio retórico que passava por descrição psicológica até nas melhores narrativas de ficção, como nas de Madame de La Fayette. Nem contradiz a importância positiva da formação dissidente de Defoe o fato de sua obra mostrar que sua “experiência da realidade nada tinha em comum com a de um calvinista convicto”,<sup>67</sup> como diz Rudolph Stamm, autor do estudo mais completo das posições religiosas do autor de *Robinson Crusoe*. Pois podemos dizer que Defoe, bem como outros autores da mesma linha — Samuel Richardson, George Eliot, D. H. Lawrence —, herdou tudo do puritanismo exceto a fé religiosa. Todos esses romancistas veem a vida como uma constante luta moral e social; consideram cada fato da vida como uma proposição de uma questão intrinsecamente moral na qual a razão e a consciência podem exercer toda a sua capacidade antes que seja possível realizar a ação correta; através da introspecção e da observação procuram construir seu próprio esquema pessoal de convicção moral; e de modos diferentes manifestam o individualismo farisaico e um tanto inflexível dos inícios do puritanismo.

#### IV

Até agora nos preocupamos primordialmente com a luz que a primeira obra de ficção de Defoe lança sobre a natureza das relações entre o individualismo econômico e religioso e o surgimento do romance; mas, como a razão básica de nosso interesse por *Robinson Crusoe* é sua grandeza literária, a relação

entre essa grandeza e a maneira como reflete as mais profundas aspirações e dilemas do individualismo também requer algumas rápidas considerações.

Robinson Crusoe alinha-se naturalmente com os grandes mitos da civilização ocidental, com Fausto, dom Juan e dom Quixote. Todos eles procuram obstinadamente concretizar um dos desejos característicos do homem ocidental. Cada um encarna uma *arete* e uma *hubris* — um valor excepcional e um excesso vicioso —, em esferas de ação particularmente importantes em nossa cultura. Dom Quixote tem a impetuosa generosidade e a obsessão restritiva do idealismo cavaleiresco; dom Juan procura e ao mesmo tempo se atormenta com a ideia da limitada experiência com as mulheres; Fausto, o grande sábio, jamais satisfaz sua curiosidade e por isso é condenado. Naturalmente Crusoe negaria sua afinidade com tais personagens; estas são criaturas excepcionais, enquanto qualquer um faria o que ele fez nas circunstâncias dadas. Contudo Crusoe também possui um valor excepcional: é autossuficiente. E tem um excesso: o egocentrismo exagerado condena-o à solidão, onde quer que esteja.

Pode-se argumentar que ele é obrigado a ser egocêntrico, pois se vê abandonado numa ilha. Mas também deve-se admitir que anda procurando seu destino e que a ilha lhe proporciona a oportunidade única de concretizar o grande anseio da civilização moderna: a absoluta liberdade econômica, social e intelectual do indivíduo.

Sua concretização da liberdade individual levou Rousseau a propor *Robinson Crusoe* como “o único livro que ensina tudo que os livros podem ensinar” para a educação de Émile; e declarou: “o modo mais seguro de elevar-se acima dos preconceitos e determinar o próprio julgamento acerca da relação real entre as coisas é colocar-se no lugar de um homem isolado e julgar tudo como esse homem julgaria segundo sua verdadeira utilidade”.<sup>68</sup>

Em sua ilha, Crusoe também usufrui da absoluta liberdade em relação às restrições sociais que Rousseau tanto desejava — não há laços de família nem autoridades civis para interferirem

com sua autonomia individual. Mesmo quando já não está sozinho sua autarquia pessoal permanece — na verdade aumenta: o papagaio grita o nome do dono; Sexta-Feira espontaneamente jura ser seu escravo para sempre; Crusoé imagina-se monarca absoluto, e um visitante chega a perguntar se ele é um deus.<sup>69</sup>

Por fim, a ilha proporciona-lhe o completo *laissez-faire* de que o homem econômico precisa para realizar seus objetivos. Na Inglaterra as condições do mercado, taxações, problemas de mão de obra impedem que o indivíduo controle cada aspecto da produção, distribuição e troca. A conclusão é óbvia. Atenda ao chamado dos amplos espaços abertos, descubra uma ilha deserta que não tem dono e ninguém cobiça, e construa ali seu Império pessoal com a ajuda de um homem chamado Sexta-Feira, que não precisa de salário e aceita com facilidade o jugo do homem branco.

Esse é o lado positivo e profético da história de Defoe, o lado que faz de Crusoé uma inspiração para economistas e educadores e um símbolo para as pessoas deslocadas no capitalismo urbano — como Rousseau — e também para seus heróis mais práticos — como os construtores de impérios. Crusoé concretiza todas essas liberdades ideais e assim se torna um herói mítico da sociedade moderna. O homem “incapaz de viver em sociedade ou que não precisa dela porque se basta a si mesmo deve ser ou um animal ou um deus”,<sup>70</sup> disse Aristóteles, que certamente acharia Crusoé um herói bem estranho. Talvez com razão, pois as liberdades ideais que ele conquista são impraticáveis no mundo real e, na medida em que pudessem ser instituídas, desastrosas para a felicidade humana.

Pode-se argumentar que as realizações de Robinson Crusoé são verossímeis e convincentes. Sim, mas só porque em sua narrativa — talvez como uma vítima inconsciente do que Karl Mannheim chamou de “mentalidade utópica”, dominada pela vontade de agir e que, por conseguinte, “volta as costas a tudo que possa abalar sua crença”<sup>71</sup> — Defoe não leva em conta dois fatos importantes: a natureza social de toda economia humana e os verdadeiros efeitos psicológicos da solidão.

A base da prosperidade de Robinson Crusoé é o estoque de ferramentas que ele retira do naufrágio; compreendem “o maior depósito de todos os gêneros [...] que um homem sozinho conseguiu criar”.<sup>72</sup> Portanto o herói de Defoe não é realmente um primitivo ou um proletário, mas um capitalista. Na ilha ele se torna o proprietário de uma terra rica porém incultivada. Essa propriedade e o estoque retirado do navio constituem os milagres que fortalecem a fé dos partidários do novo credo econômico. Mas só a dos verdadeiros crentes: para o cético o clássico idílio da livre-iniciativa não sustenta a opinião de que alguém tenha conquistado conforto e segurança apenas com os próprios esforços. Na verdade Crusoé é o feliz herdeiro dos esforços de outros incontáveis indivíduos; sua solidão é a medida e o preço dessa felicidade, pois envolve a morte de todos os outros proprietários em potencial; e o naufrágio, longe de ser uma peripécia trágica, é o *deus ex machina* que permite a Defoe apresentar o trabalho solitário não como uma alternativa para uma sentença de morte, mas como uma solução para as perplexidades da realidade socioeconômica.

Também é evidente a objeção psicológica a *Robinson Crusoé* como modelo de ação. Assim como a sociedade molda o indivíduo, a solidão prolongada pode reconduzi-lo ao estado primitivo do pensamento e das emoções. Nas fontes que Defoe usou para elaborar *Robinson Crusoé* o verdadeiro destino dos naufragos era, quando muito, insípido. Na pior das hipóteses, acossados pelo medo e atormentados pela degradação que o meio lhes impunha, eles desciam progressivamente ao nível dos animais, perdiam o uso da linguagem, enlouqueciam ou morriam de inanição. Um livro que Defoe deve ter lido, *The voyages and travels of J. Albert de Mandelslo* [As viagens e andanças de J. Albert de Mandelslo], relata dois casos: o de um francês que depois de apenas dois anos de solidão em Maurício rasgou as roupas num acesso de loucura resultante de uma dieta à base de tartaruga crua, e o de um marinheiro holandês ilhado em Santa Helena que desenterrou o corpo de um colega e lançou-se ao mar no caixão.<sup>73</sup>

de sua biografia que ele escreveu no prefácio de um panfleto de 1706, *A reply to a pamphlet, entitled "The lord Haversham's vindication of his speech..."* [Resposta a um panfleto intitulado "A justificativa de lorde Haversham para seu discurso"], onde lamenta:

como estou sozinho no mundo, abandonado por aquelas mesmas pessoas às quais prestei serviço; [...] como, com [...] nenhum outro recurso além de meu próprio esforço, venci o infortúnio e, graças exclusivamente à composição, passei de dezessete a pouco menos de 5 mil libras; como na prisão, no isolamento, em toda forma de extremos, mantive-me sem a assistência de amigos ou parentes.

"Abrir caminho com incansável diligência" é certamente o heroísmo que Crusóé partilha com seu criador; e no prefácio do livro é essa a qualidade que Defoe menciona como o tema de sua inspiração: "Aqui a invencível paciência recomendou, na pior das misérias, dedicação incansável e determinação destemida nas maiores e mais desencorajadoras circunstâncias".

Depois de afirmar o teor autobiográfico da narrativa, Defoe passa a considerar o problema da solidão. Sua discussão constitui uma interessante ilustração do que Weber pensava sobre os efeitos do calvinismo. A maior parte refere-se à insistência puritana na necessidade de o indivíduo vencer o mundo dentro de si mesmo, alcançar a solidão espiritual sem recorrer à vida monástica. "Trata-se de conquistar uma alma solitária", afirma e continua:

Podemos realmente desfrutar de todas as partes da completa solidão, se quisermos, e, recebendo suficiente graça, até nas cidades mais populosas, entre os bulícios da conversação e da galanteria de uma corte, ou o barulho e a azáfama de um acampamento, como nos desertos da Arábia e da Líbia ou na vida desolada de uma ilha desabitada.

Esse comentário, entretanto, por vezes se dilui numa afirmação mais genérica da solidão como um fato psicológico penoso:

Toda reflexão volta-se para dentro, e nosso querido eu é, em certo aspecto, o fim da vida. Portanto, pode-se dizer com acerto que o homem está sozinho no meio das multidões e da azáfama de homens e negócios. Todas as suas reflexões são sobre si mesmo; tudo que é agradável ele toma para si; tudo que é enfadonho e penoso ele prova com seu próprio paladar.<sup>77</sup>

Aqui a insistência puritana em preservar a alma intacta, livre do contágio de um mundo pecador, expressa-se em termos que sugerem um afastamento mais absoluto, secular e pessoal, em relação à sociedade. Mais tarde esse eco da solidão redefinida do *solus ipse* de Descartes exprime uma angustiada sensação de solidão pessoal cuja avassaladora realidade inspira a Defoe sua eloquência mais comovente:

O que são para nós as tristezas dos outros homens e suas alegrias? Algo que pode nos tocar com a força da compaixão e uma secreta reviravolta dos afetos; mas toda reflexão autêntica é sobre nós mesmos. Nossas meditações são todas solidão absoluta; nossas paixões exercem-se todas no isolamento; amamos, odiamos, desejamos, gozamos, tudo na intimidade e na solidão. Tudo que transmitimos aos outros tem por fim obter sua ajuda na realização de nossos desejos; o fim está em nós; o prazer, a contemplação, tudo é solidão e isolamento; divertimo-nos sozinhos, sofremos sozinhos.

"Desejamos, gozamos, tudo na intimidade e na solidão": o que realmente absorve o homem é algo que o torna solitário onde estiver e muito consciente da natureza interesseira de qualquer relacionamento com outros seres humanos para que eles possa encontrar consolo. "Tudo que transmitimos aos outros tem por fim obter sua ajuda na realização de nossos desejos"; um interesse racionalmente concebido faz do discurso um arremedo; e o cenário da vida silenciosa de Crusóé é uma utopia porque seu silêncio funcional, rompido apenas pelo papagaio

com seu ocasional “Pobre Robinson Crusoe”, não impõe ao egocentrismo ontológico do homem a necessidade de assumir uma falsa fachada de relacionamento social ou de aceitar o arremedo de comunicação com seus semelhantes.

*Robinson Crusoe* apresenta, portanto, uma advertência sobre as últimas consequências do individualismo absoluto. Entretanto, como todas as tendências extremas, essa também suscitou reação. Assim que a solidão do homem se impôs à atenção da humanidade, a complexa natureza da dependência do indivíduo em relação à sociedade — tida como ponto pacífico até ser desafiada pelo individualismo — passou a ser analisada muito mais minuciosamente. A natureza essencialmente social do homem, por exemplo, tornou-se um dos principais temas dos filósofos do século XVIII e o maior deles, David Hume, escreveu no *Treatise of human nature* [Tratado da natureza humana] (1739) um texto que quase poderia ser uma refutação de Robinson Crusoe:

Não podemos imaginar nenhum desejo que não tenha relação com a sociedade. [...] Mesmo que todas as forças e os elementos da natureza se conjuguem para servir e obedecer a um homem; mesmo que o sol surja e se ponha sob suas ordens; que o mar e os rios se movam como lhe agrade e a terra espontaneamente forneça tudo que lhe possa ser útil ou agradável; ainda assim ele será infeliz até que tenha pelo menos uma pessoa com a qual possa compartilhar sua felicidade e cuja estima e amizade ele possa desfrutar.<sup>78</sup>

Assim como o moderno estudo da sociedade só começou depois que o individualismo centralizou a atenção no isolamento do homem com relação a seus semelhantes, assim também o romance só pôde iniciar seu estudo das relações pessoais depois que Robinson Crusoe revelou uma solidão que as exigia. Talvez a história de Defoe não seja de fato um romance, na acepção

geral, pois dispensa pouca atenção às relações pessoais. Mas foi bom a tradição do romance ter se iniciado com uma obra que destrói as relações da ordem social tradicional e, assim, chama a atenção para a oportunidade e a necessidade de estabelecer uma rede de relações pessoais segundo um modelo novo e consciente; os termos do problema do romance e do pensamento moderno foram definidos quando a velha ordem das relações sociais e morais naufragou, com Robinson Crusoe, na maré alta do individualismo.